

Em defesa do direito à *aposentadoria*

Fotos: Beatriz Arruda



Atos realizados em 15 de março levaram 1 milhão de pessoas às ruas e fortaleceram luta contra a PEC 287, que altera regras da Previdência Social. Para Murilo Pinheiro, presidente do SEESP, é preciso manter a mobilização para barrar a injustiça pretendida pelo governo.

Página 5



LUTAR E IMPEDIR O ASSALTO A DIREITOS

O MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO tem uma clara missão colocada a sua frente neste momento em que, mais uma vez, os direitos dos trabalhadores – o que significa dizer da imensa maioria da população – são ameaçados em várias frentes. É hora de buscar a unidade, promover a mobilização e lutar para frear o avanço predatório sobre conquistas históricas e essenciais.

Eng. Murilo Pinheiro
Presidente

Ao aprovar o Projeto de Lei 4.302/1998, no dia 22 de março, a Câmara dos Deputados deu demonstração grave nesse sentido. A proposição não só libera a terceirização das atividades-fim, acentuando a precarização do trabalho no Brasil, como amplia o tempo de contrato temporário. As duas alterações podem ter o efeito prático de minar as garantias previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e deixar o empregado, obviamente a parte mais frágil na relação com o patrão, à própria sorte.

Apresentado como matéria de interesse do empresariado, esse esforço de fragilizar a condição do trabalhador acabará por se mostrar um equívoco. Isso porque um fator fundamental de ganho de produtividade e competitividade no mercado é certamente mão de obra qualificada, capaz de garantir produtos, serviços e processos que assegurem os resultados perseguidos. Difícil imagi-

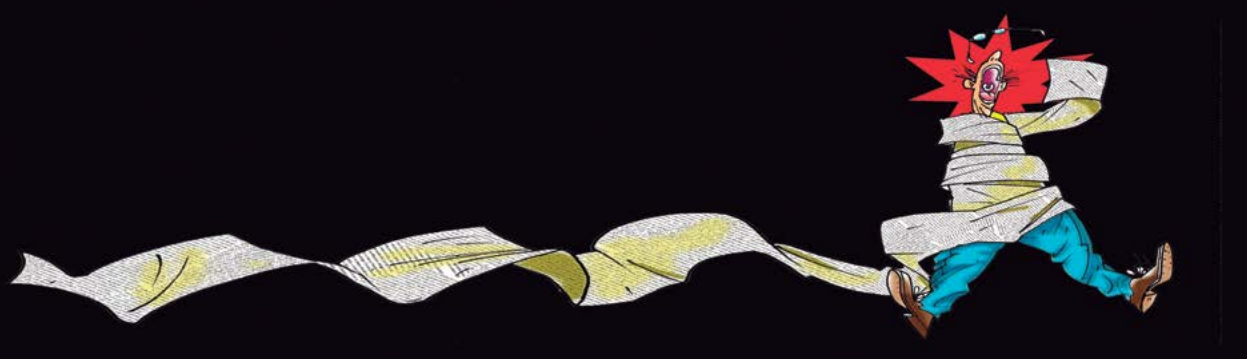
nar um projeto capitalista robusto que se sustente com o esforço de pessoas mal pagas, sem benefícios e sujeitas a acidentes e doenças. Lamentavelmente, a falta de visão estratégica e de compromisso com o bem-estar da sociedade emplacou a aprovação de um projeto enviado ao Congresso há 19 anos e que já deveria ter sido retirado de lá. Ainda em tramitação, temos a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287, que pretende reformar a Previdência Social, basicamente restringindo o direito à aposentadoria. Entre as principais mudanças, estão a elevação da idade mínima para 65 anos para homens e mulheres, a contribuição por 25 anos e a exigência de 49 anos de contribuição para ter acesso ao benefício integral. No dia 15 de março, os trabalhadores, inclusive os engenheiros, foram às ruas dizer não a essa proposta inaceitável e injustificável (*leia matéria na página 5*),

É preciso construir forte consenso em torno da defesa da aposentadoria, não só no movimento sindical, mas no conjunto da sociedade que será prejudicada pela medida.

já que o alegado rombo já foi mais que desmentido por especialistas.

A mobilização precisa seguir e se fortalecer. É necessário construir forte consenso em torno da defesa da aposentadoria, não só no movimento sindical, mas no conjunto da sociedade que será prejudicada pela medida. Não podemos assistir passivamente ao assalto aos direitos do povo brasileiro em nome de um suposto ajuste exigido pelo mercado financeiro.

Ninguém questiona a necessidade de responsabilidade ao administrar as contas públicas, mas a arrumação da casa não pode ser feita única e exclusivamente à custa do trabalhador. É hora de baixar juros, retomar investimentos e obras paradas para combater o desemprego e incentivar a indústria de forma efetiva. Esse é o caminho que devemos trilhar.



JORNAL DO ENGENHEIRO — *Publicação do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo*

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Marcos Wanderley Ferreira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida, Álvaro Luiz Dias de Oliveira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Gid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior Renato Becker e Rubens Lansac Patrão Filho. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Editora assistente: Soraya Misleh. Repórteres e revisoras: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Rosângela Ribeiro Gil, Deborah Moreira e Jéssica Silva. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eliel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Apoio à redação: Pedro Henrique Santana. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Delegacias sindicais: confira no link <http://goo.gl/yFwIR5>. Tiragem: 31.000 exemplares. Fofolito e impressão: ANATEC

ANATEC
PUBLICAÇÃO ESPECIALIZADA



Amplie o horizonte de sua empresa

Anuncie para os engenheiros do Estado de São Paulo

Veja como em www.seesp.org.br/publicidade/

ou pelos telefones:
(11) 99173-0651
(11) 3284-9880

Previsão de R\$ 86,4 bi para ferrovia pode não sair do papel



Especialistas indicam problemas no modelo institucional do setor e falhas em executar projetos anteriores como principais riscos de não serem feitas obras incluídas na segunda fase do Programa de Investimentos em Logística (PIL 2).

Página 5

visite nosso site www.seesp.org.br

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros

Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo "entidade de classe". Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

Apoio:  **CREA-SP**

Engenheiros municipais se organizam e vão à luta

Carlos Antonio Hannickel

É RELEVANTE o papel representado pelo quadro de engenheiros da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) em todos os aspectos da administração pública. São profissionais altamente capacitados e experientes que, não obstante uma estrutura deficiente, atuam de forma a assegurar o funcionamento básico da megalópole e fazer frente a seus desafios diários.

São 32 subprefeituras para atender verdadeiras cidades com características próprias, o que exige dos técnicos, além dos seus conhecimentos profissionais, uma grande familiaridade com os problemas da região em que atuam, como áreas de risco, de preservação, conservação e segurança do sistema viário, transportes, fiscalização de obras, defesa civil, poda de árvores etc..

Além da atuação direta junto à população, os engenheiros estão presentes nas mais diversas secretarias municipais, que envolvem Serviços e Obras, Meio Ambiente, Educação, Saúde, Cultura, Transporte, Mobilidade Urbana, Habitação, Licenciamento etc.. Enfim, em todos os setores sensíveis à qualidade de vida da população, sobretudo aquela mais carente: a periferia.

Nesse sentido, o SEESP, além de sua atribuição legal de representar os engenheiros nas campanhas salariais, em sua trajetória tem formulado propostas com o objetivo de solucionar os problemas que afligem a população. Em anos eleitorais, promove debate com os candidatos sobre seus programas e apresenta estudos sobre as mais diversas áreas da cidade. O entendimento é que essa atuação tem papel fundamental na gestão e execução de serviços essenciais no município.

Assim, o sindicato se propõe a participar de debates e elaborar propostas para agilizar os serviços e o atendimento à população, cabendo ressaltar que o quadro de profissionais na administração pública é de excelência. Para tanto, a entidade busca junto ao Executivo uma oportunidade para apresentar suas contribuições, inclusive sobre as condições de trabalho dos engenheiros da Prefeitura.

Nas últimas negociações com a Prefeitura de São Paulo, reconquistamos a carreira própria e uma tabela de remuneração que não pode ser negligenciada.

Nas últimas negociações com a PMSP, reconquistamos a carreira própria e uma tabela de remuneração que não pode ser negligenciada. Não queremos que o passado se repita e os engenheiros municipais fiquem anos sem reajuste da inflação. A reposição é ponto de honra para assegurarmos a tabela duramente conquistada, contra a deterioração.

Ainda temos a luta pelo pagamento do salário mínimo profissional, conforme a Lei 4.950-A/66. Embora tenha havido substantivo avanço, o seu valor pleno ainda não foi alcançado.

Carlos Antonio Hannickel é jornalista, assessor especial do SEESP



REFORMAS PARA TODOS



UNIDADE CONTRA *reforma da Previdência*

Soraya Misleh

O DIA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO E PARALISAÇÃO contra a reforma da Previdência – 15 de março – tem repercutido positivamente: no dia 21 do mesmo mês, o presidente Michel Temer fez seu primeiro recuo. Não retirou a proposta, como pleiteia o movimento sindical, mas excluiu de seu alcance servidores estaduais e municipais. Longe de ser o ideal e possivelmente uma tentativa de desmobilizar parte dos trabalhadores, demonstra, contudo, que a unidade e força dessa classe não só precisam prosseguir, como são decisivas para barrar medidas como essa.

Após a primeira grande ação nacional, que levou cerca de 1 milhão de pessoas às ruas em todo o País e envolveu paralisações de trabalhadores, conforme notícia publicada no *Jornal GGN*, Renan Calheiros, líder do PMDB no Senado – partido de Temer –, chegou a afirmar que a reforma da Previdência estaria inviabilizada e que se o governo não recuasse, as mudanças pretendidas na legislação trabalhista também estariam condenadas. Essa é outra pauta rechaçada pelo movimento sindical, como lembrado por diversas lideranças durante os atos no dia 15, além da regulamentação indiscriminada da terceirização – aprovada na Câmara dos Deputados no dia 22 por 231 votos favoráveis ante 188 contrários. Em tramitação e aguardando parecer de relator da comissão especial, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016, relativa às mudanças nas regras da Previdência, demanda 308 votos para passar pela Casa – por se tratar de alteração na Carta Magna e não projeto de lei, como no primeiro caso.

Mobilizados para barrar medida, engenheiros consideram proposta do governo inaceitável.

O SEESP e a Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) consideram a reforma pretendida inaceitável, como afirmou o presidente de ambas entidades, Murilo Pinheiro, que participou do ato em São Paulo, juntamente com demais dirigentes e também funcionários das organizações. “Seguiremos fazendo mobilizações e gestões junto ao Congresso Nacional para barrar essa imensa injustiça e qualquer ataque aos direitos dos trabalhadores duramente conquistados. Ao propor mudança na idade mínima para 65 anos e no tempo de contribuição para 49, na prática, o governo fará com que os engenheiros e demais profissionais trabalhem até morrer”, enfatizou ele (*confira os principais pontos da pretensa reforma em <https://goo.gl/yuA535>*). Fernando Palmezan, coordenador do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, iniciativa da FNE que tem a adesão do sindicato paulista, enfatizou: “Antes de mais nada, nenhum direito a menos. Temos que partir desse princípio. A discussão, se necessário, deve ser feita de forma séria, decente. Acho que todos os brasileiros têm que se indignar com o que está acontecendo, uma tentativa de retirar tudo aquilo que conquistamos com anos de muita luta. Não dá para aceitar abrir mão de tudo isso com uma canetada.”

Garantir direitos

Marcellie Dessimoni, coordenadora do Núcleo Jovem Engenheiro do SEESP, fez um chamado à continuidade da mobilização contra a reforma aos estudantes engenheiros e aos recém-formados: “Não existe rombo da Previdência, e os trabalhadores têm que ir para as ruas, porque são os nossos direitos e não podemos deixar que o governo os retire. É importante que os jovens engenheiros estejam juntos, através da ‘Engenharia Unida’ (*proposta da FNE de coalizão na busca de saídas ao País*), aos demais trabalhadores de inúmeras categorias no Brasil para dizer não a essa reforma, à trabalhista, à sindical.”

O vice-presidente do SEESP Celso Atienza ponderou: “Todos entramos no sistema de trabalho seguindo regras estabelecidas

pelo governo. A essa altura, aos já incluídos no regime previdenciário atual, depois de muitos anos de luta e acreditando nas promessas do Estado, não cabe serem atingidos pela reforma em curso.” Na mesma linha, Frederico Jun Okabayashi, delegado sindical junto à Prefeitura de São Paulo, apontou: “Temos que defender o direito adquirido. Não adianta querer mudar a regra do jogo sem consultar o trabalhador, seja público ou privado. O Brasil é um dos países em que o tempo de aposentadoria é tão longo que a pessoa acaba morrendo antes, eles querem estender ainda mais isso, principalmente para as trabalhadoras, é inadmissível.”

O diretor do SEESP Edilson Reis concluiu: “Nenhuma organização sindical jamais apoiou ou apoiaria reformas que retirem direitos dos trabalhadores. Os maiores devedores da Previdência são as grandes empresas. A legislação tributária possibilita à classe empresarial questionar, não recolher e recorrer contra o pagamento. O trabalhador não pode pagar a conta. Nós empregados não podemos pagar pela ineficiência do sistema. Nosso desconto é automático na conta salário. Somos a favor de uma auditoria para avaliar a real situação da Previdência. Não podemos nos comparar com países desenvolvidos. Na cidade de São Paulo há diferenças gritantes. Para algumas regiões, por exemplo, extremo da zona leste, 65 anos para aposentadoria está muito acima da vida média do cidadão.” O vice-presidente da entidade João Paulo Dutra destacou: “Lutamos para conservar uma aposentadoria digna, contra a desregulamentação das leis trabalhistas, a favor da educação e da saúde, em defesa da Petrobras e do pré-sal. Em especial, não pode ser retirado nosso direito de sonhar.”

Presidentes das centrais sindicais e lideranças de movimentos sociais e populares presentes ao ato indicaram os próximos passos da mobilização. Além de exercer pressão sobre o Congresso Nacional, ficou evidente a possibilidade de uma greve geral caso o governo não retire o texto da reforma da Previdência. Partidos políticos e parlamentares também engrossaram as manifestações.



Sindicato e FNE participaram de ato em São Paulo, que reuniu mais de 200 mil pessoas.

Satélite geoestacionário abre nova janela para a ciência e tecnologia

Deborah Moreira

EM MEIO À TURBULENTA situação político-econômica por que passa o País, a notícia do lançamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), o primeiro controlado integralmente por empresas públicas brasileiras, em banda Ka (alta capacidade), merece ser comemorada. Trata-se de importante salto tecnológico em diversos segmentos.

Fruto de uma parceria entre os ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e da Defesa, a iniciativa trará segurança para o sistema de defesa nacional e para as comunicações estratégicas do governo e levará internet de alta capacidade para regiões remotas, como parte do Programa Nacional de Banda Larga. A medida promoverá a universalização de serviços públicos, como saúde, e possibilitará inúmeras aplicações, como conectar instituições de ensino superior em áreas afastadas, monitoramento de lavouras para o agronegócio, ampliando o uso de tecnologias de agricultura de precisão, e até mesmo interligar plataformas de petróleo e centros de pesquisa localizados na chamada Amazônia Azul.

A tecnologia de transmissão de dados via satélite existe há cerca de 60 anos. O geoestacionário é indicado para comunicações. Lançado por um foguete até uma órbita circular em torno da Terra, sua velocidade de rotação é a mesma do planeta, o que, para um observador, dá a impressão de que ele está parado (estacionado) em um determinado ponto no céu.

O SGDC vai operar em duas bandas diferentes: X e Ka, com capacidade de 60 gigabits por segundo. A primeira é uma faixa de frequência destinada ao uso das Forças Armadas, que corresponde a 30% da capacidade total do satélite. Já a outra, que representa os 70% restantes e será usada para ampliar a oferta de banda larga, é mais alta do que as

usadas anteriormente (bandas C e Ku). Isso propicia tráfego de maior número de dados usando uma mesma largura de banda, o que resulta em maior velocidade e menor custo.

O satélite foi construído pela francesa Thales Alenia Space, em conjunto com o governo brasileiro, por meio da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras) e Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), que criaram uma *joint-venture*, a Visiona Tecnologia Espacial, para supervisionar os trabalhos. Mais de 100 profissionais brasileiros estiveram envolvidos, entre eles engenheiros da Agência Brasileira Espacial e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), além da Visiona e da Telebras, de acordo com essa última companhia.

Um acordo bilateral firmado com a França proporcionou transferência tecnológica para apoio ao desenvolvimento do programa espacial brasileiro. Representantes da Visiona já deram declarações sobre a entrada do País nesse mercado futuramente. O professor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP) e integrante do Conselho Tecnológico do SEESP Marcelo Zuffo lembra que o Brasil já tem capacidade e acúmulo científico: “Possui tecnologia de satélite. Pode ser que do ponto de vista de mercado seja interessante manter essa parceria com a França, que vem sendo um aliado estratégico, como na construção do submarino nuclear.”

Com peso de 5,8 toneladas e cinco metros de altura, o equipamento ficará posicionado a uma distância de 36 mil quilômetros da superfície do planeta, cobrindo todo o território nacional. Em terra, será operado por dois centros de controle, em Brasília e no Rio de Janeiro. Nessas duas capitais, em Florianópolis (SC), Campo Grande (MS) e Salvador (BA) há outros *gateways* (estações que fazem o tráfego de dados do satélite) instalados. O equipamento recebeu investimentos no valor de R\$ 2,1 bilhões. O tempo de operação estimado é entre 15 e 18 anos.

“Pelo benefício que teremos, é um valor muito baixo. Um país com as dimensões do nosso precisa ter um satélite próprio. Com a privatização (*das telecomunicações*), perdeu-se o conceito de política pública nacional,



O SGDC transportado para a Guiana Francesa, onde ocorrerá seu lançamento.

porque não houve nenhuma obrigação imposta sobre a manutenção da cobertura nacional. Com isso, o único satélite que o Brasil possuía na ocasião ficou nas mãos de multinacional”, ressalta Zuffo. Ele destaca que mesmo com a chegada da fibra óptica e torres na Amazônia, o que proporcionou uma melhora nas comunicações em localidades isoladas, ainda assim é muito dispendioso levar os cabos ao meio da floresta.

Soberania e autonomia

Um aspecto importante é quanto à abrangência do equipamento, já que estará a uma distância de 36 mil quilômetros, o que, segundo o Ministério da Defesa, permitirá uma cobertura também de toda a América Central e do Sul, Atlântico Norte e Sul e costa oriental da África. Até então, o tráfego de informações sigilosas vem ocorrendo por meio de satélites de empresas estrangeiras. Essa fragilidade foi trazida à tona em 2013, com as denúncias feitas por Edward Snowden, ex-técnico da agência de inteligência de vigilância NSA, dos Estados Unidos, sobre o vazamento de dados de membros do governo.

“Ele será utilizado para todo o controle do espaço aéreo brasileiro, garantindo soberania e autonomia”, disse Jarbas Valente, diretor técnico-operacional da Telebras. O lançamento seria feito no dia 21 de março último, no Centro Espacial de Kourou, na Guiana Francesa, pela Arianespace. Mas uma greve provocou o fechamento da estrada que leva ao local de lançamento. Este já foi adiado duas vezes. Até o fechamento desta edição, não havia nova data prevista.

“Pelo benefício que teremos, R\$ 2,1 bilhões é um valor muito baixo de investimento”, diz Marcelo Zuffo.



Isitec debate presença feminina na engenharia e na ciência

Jéssica Silva

APESAR DE A PARTICIPAÇÃO das mulheres nos níveis mais altos da educação brasileira ser maior que a dos homens, na engenharia elas continuam a ser minoria. Segundo dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) de 2015, mais de 54 mil estão matriculadas em doutorados e mais de 66 mil em mestrados. Já os homens somam 47.877 no doutorado e 55.175 no mestrado.

Não obstante, apenas 10,97% das especializações delas são em engenharia, ciências exatas e da terra, conforme o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) apurou em 2016. O tema foi objeto de roda de conversa promovida pelo Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec) em sua sede, na capital paulista, no Dia Internacional da Mulher – 8 de março.

Murilo Pinheiro, presidente do SEESP – entidade mantenedora da instituição –, saudou a atividade à abertura: “Essa discussão é de interesse de todos nós, engenheiros, profissionais da área tecnológica e cidadãos.” Também ressaltando a importância do debate, o diretor-geral do Isitec, Saulo Krichanã Rodrigues, informou que as alunas são 23% do total de estudantes do Isitec, mas a turma de Engenharia de Inovação deste ano “é 50% composta por mulheres”. O evento contou com a presença de Juliana Yukimitsu, estudante do

instituto no terceiro ano da graduação; Fabiane Becari Ferraz, engenheira agrônoma da empresa WF Ambiental, Engenharia, Estudos e Projetos; e da livre-docente do Departamento de Engenharia de Sistemas Eletrônicos da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP) Roseli de Deus Lopes. A gerente de Comunicação do SEESP, jornalista Rita Casaro, mediou a atividade. Na plateia, os alunos do Isitec participaram do debate.

Discriminação

Becari comemorou a equidade do instituto. “Na minha turma de 40 alunos, éramos oito mulheres”, contou. A engenheira advertiu sobre o preconceito ainda presente nas áreas conhecidas como masculinas. Ela relatou que, em sua experiência em 20 anos de formação, diversas vezes foi desvalorizada por funcionários quando estava em cargos de liderança somente por ser mulher. “Preferiam se dirigir ao engenheiro homem, que nem era o responsável pelo projeto”, disse. Becari trabalha com licenciamento de projetos para recursos hídricos em empresas, usinas e fazendas. “É uma engenharia pesada, com dimensionamento de barragens, obras hidráulicas. A maioria dos profissionais nesse ramo é homem”, relatou. Segundo ela, o preconceito nas áreas rurais é muito grande, mas também é presente entre colegas engenheiros. “Eles questionavam se eu realmente sabia o que estava fazendo. Não me reconheciam como profissional. O que me fez vencer essa barreira foi a minha qualificação, a minha competência”, salientou.

“Hoje é um dia de luta das mulheres, que recebem salários inferiores fazendo as mesmas coisas que o homem, são discriminadas”, ressaltou Lopes. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2014) comprovam: o rendimento médio mensal feminino é de R\$ 1.480,00, 25,6% menor que o masculino, de R\$ 1.987,00. Para a professora, agravante é quando essas

situações são vistas como normais – “e não deveriam acontecer”.

Segundo Lopes, são necessárias cada vez mais campanhas “para dizer à mulher que ela pode fazer o que quiser”. Apostando na crescente inclusão feminina em campos científicos para a mudança desse quadro, a docente está à frente de um dos maiores eventos de ciências do País, a Feira Brasileira de Ciências e Engenharia (Febrace). A ideia, ressaltou, é “fazer com que meninos e meninas descubram novas possibilidades, desenvolvam seus talentos”.

“São necessárias cada vez mais campanhas para dizer à mulher que ela pode fazer o que quiser”, defende Roseli de Deus Lopes.

Yukimitsu garantiu que sempre teve incentivo da família e nunca sofreu tratamento desigual. “Mas não é porque eu não sofri preconceito que viro as costas para as tantas mulheres que sofrem. Conheço meninas que já passaram por situações constrangedoras, como ouvir do professor que engenharia é coisa de homem”, expôs.

Além de discriminação, conforme lembrou Becari, a mulher sofre a pressão social do papel doméstico. “Meu maior desafio é conciliar a vida profissional com a pessoal”, confessou. Lopes também apontou problemas na cultura persistente de que a mulher é responsável pela casa. “Se têm filhos e acontece algo, elas que deixam o trabalho para resolver, o que acaba colocando-as na situação de ter que escolher entre ter filhos ou ter uma carreira”, criticou.

O calouro Pedro Luiz Mendes Silveira contribuiu com o debate: “Esse quadro de desigualdade não muda de um dia para o outro, é uma mudança gradual, e a melhor forma de acontecer é através da educação.”



Beatriz Armada

As engenheiras Roseli de Deus Lopes, Fabiane Becari Ferraz, a estudante Juliana Yukimitsu e a jornalista Rita Casaro compuseram a mesa da atividade no Isitec.

Opinião

Redes sociais para ampliar oportunidades

Já perdi as contas das pessoas que tive de convencer a criar um perfil digital no *LinkedIn*, uma rede social de negócios. Os motivos são diversos, entre eles: medo de se expor, aversão às redes sociais, vergonha por estar desempregado, não ter interesse ou curiosidade e até preguiça (sim!). É isso mesmo, já ouvi de tudo. Ao lado de tantos obstáculos, ainda tem aquela dúvida se realmente ele funciona.

Uma estratégia é positiva quando você sabe qual resultado quer alcançar e isso vale para quem está empregado, candidatos, empresas, empreendedores, enfim, para todos.

Por isso, se você ainda não tem uma conta no *LinkedIn*, busque informações que podem lhe ajudar a entender o que é e como você pode usar essa ferramenta para conseguir o que procura na sua carreira, seja em termos de divulgação, contatos, emprego etc.. Conversar com pessoas que estão nessa rede pode ajudar a pensar em ações para encontrar o cliente, parceiro ou profissional ideais.

Você sabe como as empresas usam essa ferramenta? Para fazer buscas ativas de candidatos, com foco maior em cargos de gestão ou estratégicos no Brasil e no mundo. Assim, divulgam vagas, fazem contatos e triagem de currículos, buscam indicações, atuam como *hunter* (uma espécie de caça-talento), divulgam seu perfil, escrevem conteúdo sobre carreira ou processo seletivo.

Com um instrumento tão importante, é fundamental que o profissional mantenha o seu perfil no *LinkedIn* atualizado, com qualificação, objetivos, depoimentos, fotos etc..

Mariles Carvalho é psicóloga e coordenadora do setor de Oportunidades e Desenvolvimento do SEESP.
Contatos: emprego@seesp.org.br,
oportunidades@seesp.org.br e telefones (11) 3113-2666/2669/2674.

Isitec lança curso de pós-graduação em BIM

NOS PRÓXIMOS dez ou 15 anos, a educação continuada terá papel fundamental para formar o profissional de engenharia e arquitetura no processo BIM (*em inglês, Building Information Modeling*), que significa Modelagem da Informação da Construção. A previsão é da professora Regina Coeli Ruschel, especialista sobre o tema no País e coordenadora da pós-graduação BIM Master Modelador, do Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), que tem como mantenedor o SEESP. O curso terá carga total de 380 horas. O início está previsto para maio próximo. Na entrevista a seguir, ela fala sobre a importância do novo sistema aos profissionais da área.

O que é o processo BIM?

É um conjunto interrelacionado de políticas, processos e tecnologias para gerenciar a essência do projeto, construção e operação de edifícios no formato digital em todo o ciclo de vida da edificação. Ao ser implementado, provoca uma transformação no “fazer” dos profissionais de engenharia, arquitetura e da construção. Essas mudanças se referem à comunicação, à interoperabilidade entre informação que é manuseada por esses diferentes agentes.

O que esse instrumental significa para a construção?

Significa menos desperdício, entregar no tempo e no valor projetados inicialmente, e garante o retorno que hoje a sociedade exige em termos de sustentabilidade, tanto naquilo que é oferecido quanto no ato da construção. Impactará também o proprietário, que terá digitalmente a representação verdadeira daquela edificação, com informação que pode ajudá-lo na gestão de espaço, de manutenção etc..

Um conhecimento necessário?

Sim. Não vai dar para o profissional ficar fora. O melhor exemplo do que estamos falando é a mudança da prancheta para o CAD (*Computer-Aided Design*). Agora é desse sistema para o BIM.

O BIM abrange só a engenharia civil?

Ele mantém uma interface com outras modalidades da área, como a de infraestrutura e a elétrica, por exemplo, além da arquitetura.

Esse processo muda o fazer da engenharia?

O engenheiro continua sendo formado para orçar, calcular, projetar, mas esse ato de fazer está renovado, melhorado. Não necessariamente está mais produtivo, mas tem um desempenho melhor em projeto, simula mais aquilo que vai ser construído. E se trabalha mais com segurança. Hoje tem muita inovação de BIM aplicada à engenharia de segurança.

É um estudo que não está na grade curricular das graduações ainda. Vai ser ensinado em cursos de especialização, como esse que o Isitec está oferecendo. Mas o mercado está acordando para essa demanda.

* Informe-se sobre o curso em <https://goo.gl/bNOZX4>

Beatriz Arruda



Engenheiros e arquitetos não poderão ficar fora desse novo método aplicado à construção civil, salienta Regina Coeli Ruschel.



EXCELÊNCIA EM EDUCAÇÃO

Conheça os nossos cursos

www.isitec.org.br

R. Martiniano de Carvalho, 170 – São Paulo/SP
Tel: (11) 3254-6850 e 3294-9697







Seminário das campanhas salariais



Tradicionalmente, sindicato estabelece um grande espaço para discutir questões que influenciarão as negociações dos acordos e convenções coletivas.

No próximo dia 18 de abril, às 17h, o SEESP promoverá o XVII Seminário de Abertura das Campanhas Salariais. O propósito é sedimentar o caminho do diálogo para a superação de desafios do mundo do trabalho. O evento contará com exposições sobre balanço e conjuntura de Clemente Ganz Lúcio, técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese); Antô-

nio Augusto de Queiroz, diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap); e João Guilherme Vargas Netto, consultor sindical do SEESP. A palavra estará aberta aos representantes das empresas e entidades patronais com quem o SEESP negocia. A atividade acontece na sede do sindicato, na capital paulista (Rua Genebra, 25, Bela Vista).

VIII Encontro Ambiental acontece em abril na Capital

Importante fórum à discussão sobre o tema premente do desenvolvimento sustentável, a oitava edição do Encontro Ambiental de São Paulo (VIII EcoSP), promovido pelo SEESP e Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), ocorrerá neste ano em 27 e 28 de abril próximo, na sede do sindicato, na

capital paulista (Rua Genebra, 25, Bela Vista).

Sucessor do Ecovale – realizado por quatro edições consecutivas na cidade de Taubaté, no Vale do Paraíba –, a cada versão, o evento tem jogado luz sobre questões cruciais, como mudanças climáticas, saneamento básico, energias alternativas, política e tecnologias ao tratamento de rejeitos sólidos e efluentes. Também tem incluído, tradicionalmente, a mostra de produtos reciclados e serviços ecologicamente corretos. Em 2017, a proposta é ampliar ainda mais esse espaço de exposição. Mais informações e inscrições gratuitas pelos telefones (11) 3113-2616 e (11) 99610-8316 ou no *site* www.ecosp.org.br.

Núcleo Jovem inicia ciclo de palestras

Com o tema “Engenharia: profissão e mercado de trabalho”, o Núcleo Jovem Engenheiro do SEESP começa, pelo terceiro ano consecutivo, o novo ciclo de palestras em universidades da Capital e do Interior neste mês de abril. A pretensão é abordar diversas questões, como ações do sindicato, legislação profissional, mercado de trabalho etc.. O núcleo foi fundado em 2015, e qualquer estudante de engenharia ou profissional recém-formado pode participar, associando-se ao sindicato. Mais informações pelo telefone (11) 3113-2659.



Parceria com o Ciee incentiva vagas de estágio

O sindicato, em convênio com o Centro de Integração Empresa-Escola (Ciee), oferece benefícios às companhias e engenheiros empreendedores na admissão do profissional iniciante. Trata-se de desconto de 30% no valor da Contribuição Institucional na contratação de um estagiário e de 10% na de um jovem aprendiz – a ser utilizado em vagas em qualquer área. O Ciee fica responsável por todo o processo seletivo. A empresa deve se cadastrar no banco de dados do SEESP, entrando em contato com o Setor de Cadastro pelo telefone (11) 3113-2621 ou pelo *e-mail*: cadastro@seesp.org.br, de segunda a sexta-feira, das 9 às 18h.

Eleição para diretoria do SEESP



Associados em dia com a anuidade sindical receberão senha para votar *online* e definir a gestão 2018-2021.

Neste ano, os engenheiros associados ao sindicato têm um compromisso importante: eleger a diretoria que estará à frente da entidade de 2018 a 2021. A partir de 0h de 6 de abril até 18h do dia 10 será realizado o pleito. Pela quinta vez e para facilitar a participação democrática dos profissionais, o voto acontecerá pela internet, sistema adotado desde 2001. O objetivo é garantir a participação do maior número de sócios. Além do acesso remoto, no dia 10 de abril, das 9h às 18h, haverá uma mesa receptora de voto eletrônico à disposição dos associados na sede do SEESP, na capital paulista (Rua Genebra, 25, Bela Vista).

De acordo com as regras estatutárias, podem votar sócios plenos e aposentados que se fi-

liaram à entidade até 31 de dezembro de 2016 e estão com o pagamento da anuidade em dia. Concorre ao pleito a chapa única “Trabalho-Integração-Compromisso”, encabeçada pelo atual presidente Murilo Pinheiro.

Orientação

Os eleitores receberão pelo Correio correspondência inviolável, contendo número de matrícula e a senha gerada automaticamente e de forma randômica. Com tais informações, esses poderão, nos dias do pleito, acessar o *link* que estará disponível no *site* do SEESP e votar. Caso haja extravio desse documento, o associado deve entrar em contato com o Setor de Cadastro pelo telefone (11) 3113-2625 para que sejam tomadas providências.

Engenheiro ganha processo contra Cesp no STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) encerrou uma ação na Justiça que tramitava desde 2011, do engenheiro Isaac Amaral Alves contra a Companhia Energética de São Paulo (Cesp) de reintegração no emprego, danos morais e outros direitos trabalhistas. Por unanimidade, o tribunal negou apelação da empresa e manteve a decisão de primeira instância, que condena a companhia ao pagamento de indenização. O profissional morreu em

2012, em um acidente de carro, mas seus herdeiros, viúva e dois filhos obtiveram êxito na ação. Alves foi demitido em 29 de julho de 2011. Itamar Rodrigues, vice-presidente da Delegacia Sindical do SEESP em Presidente Prudente, que acompanhou o processo, ressalta: “Chegou ao fim um dos processos mais danosos e morosos entre engenheiros e Cesp. Se o profissional estivesse vivo, ele seria reintegrado ao seu posto, que é o que ele queria.”